



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE**  
**UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA 007/2017**

**Unidades auditadas:** Pró-reitoria de Administração e de Planejamento (Reitoria)

**Área:** Gestão de suprimento de bens e serviços

**Objeto da auditoria:** Adesão a atas de registro de preços (carona)

**Período:** 11/10/2017 a 01/12/2017

**Nº da ação no PAINT/2017:** 4.2

**Ordem de Serviço:** 007/2017

**Memorando(s) emitido(s):** Mem. IF-AUDIN/N.142/2017, IF-AUDIN/N.166/2017, IF-AUDIN/N.171 2017, IF-AUDIN/N.182/2017

**Memorando(s) recebido(s):** Mem. IF-DIPLAN/N.513/2017, IF-DIPLAN/N.531/2017. IF-DIPLAN/N.559/2017, IF-DIPLAN/N.597/2017, IF-PROAP/N.286/2017 e IF-PROAP/N.278/2017

**Solicitações de Auditoria:** 007/2017, 007-B/2017, 007-F/2017

**Volume de recursos auditados:** R\$ 2.267.507,69 (Dois milhões, duzentos e sessenta e sete mil, quinhentos e sete reais e sessenta e nove centavos)

## **1 INTRODUÇÃO**

A realização desta auditoria teve como objetivo geral avaliar os aspectos formais e legais da adesão a processos licitatórios na modalidade de pregão eletrônico (SRP), conhecida como “carona”.

O trabalho partiu da análise da legislação pertinente ao tema, mais especificamente do

Decreto n. 7.892/2013, da Instrução Normativa n. 5/2014 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) e da Instrução de Serviço n. 08/2015 da Pró-reitoria de Administração e de Planejamento (PROAP) e, de forma complementar, da Lei n. 10.520/2002, da Lei n. 8.666/1993, do Decreto n. 5.450/2005, da Instrução Normativa n. 4/2014 – SLTI e da Instrução de Serviço Conjunta n. 01/2015 da PROAP/Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI).

Além das legislações citadas, nossos procedimentos incluíram a elaboração de um *checklist* que contemplou itens exigidos pela legislação aplicável ao tema analisado. O uso desse instrumento possibilitou que os processos fossem verificados sob os mesmos parâmetros, ou seja, dando uniformidade aos procedimentos adotados.

## **1.1 Objetivos**

Conforme o Programa de Auditoria n. 007/2017, os objetivos específicos do trabalho foram:

- a) identificar o cumprimento do caput do art. 22 do Decreto n. 7892, de 23 de janeiro de 2013 e art. 5º e art. 11 da Instrução de Serviço (IS) n. 08/2015-PROAP;
- b) verificar a existência de consulta ao órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, conforme §1º do art. 22 do Decreto n. 7892/2013 e Inciso IX da IS n. 08/2015-PROAP;
- c) verificar a existência de consulta ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, conforme §2º do art. 22 do Decreto n. 7892/2013 e Inciso X da IS n. 08/2015-PROAP;
- d) verificar a observância do cumprimento do prazo de noventa dias após a autorização do órgão gerenciador para efetivar a aquisição, conforme §6º do art. 22 do Decreto n. 7892/2013;
- e) verificar se o órgão gerenciador da ata de registro de preços aderida é órgão ou entidade da administração federal, conforme §8º do art. 22 do Decreto n. 7892/2013 e art. 13 da IS n. 08/2015-PROAP;
- f) verificar se houve consulta ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), emissão de Certidão Nacional de Débitos Trabalhistas (CNDT) e demais condições de habilitação do fornecedor no momento da formalização da adesão ao registro de preços;
- g) verificar se a instrução do processo ocorreu conforme o Inciso XII e o Inciso XIII da IS n. 08/2015-PROAP;
- h) verificar se o processo foi revisado e aprovado pela Diretoria de Planejamento (DIPLAN)/PROAP, conforme o art. 6º e o art. 7º da IS n.08/2015-PROAP.

## 1.2 Escopo

O escopo do trabalho limitou-se à análise dos processos de carona ocorridos no âmbito da Instituição e que foram realizados no ano de 2016.

## 2 HISTÓRICO E ANÁLISE

Em 20/10/2017, através do Mem. IF-AUDIN/N.º142/2017, a unidade auditada foi informada acerca da abertura dos trabalhos de auditoria sobre adesão a atas de registro de preços, ocasião em que recebeu, em anexo ao memorando supramencionado, a SA N. 007/2017 solicitando:

1. Disponibilizar relação dos processos de adesão a atas de registro de preços realizados pelo câmpus no exercício de 2016, mencionando n. do processo, n. da adesão, objeto, valor total, n. da Nota de Empenho (NE), data da Nota de Empenho e favorecido, conforme modelo a seguir:

Câmpus / Reitoria	Nº do processo	Nº da adesão ao RP	Objeto	Valor R\$	Nº da NE	Data da NE	Favorecido Razão Social e CNPJ

2. Informar se a Pró-reitoria de Administração e de Planejamento possui instrumento de controle centralizado ou registro sobre os processos de adesão a atas de registros de preços realizados no âmbito do IFSul.

3. Informar se a totalidade dos processos de adesão a atas de registros de preços da Reitoria e dos câmpus do IFSul são submetidos a autorização de sua Diretoria de Planejamento, conforme prevê o art. 7º da IS n. 08/2015.

Em resposta, a unidade auditada encaminhou o Mem. IF-DIPLAN/N.º513/2017 com as informações solicitadas.

Quanto ao item 1 disponibilizou a relação dos processos, conforme segue:

- processo n. 23163.002259/2016-01, referente ao pregão n. 30/2016, o qual tem como objeto a aquisição de subsistema de armazenamento de dados para a Diretoria de Tecnologia da Informação, no valor de R\$ 376.200,00, conforme as notas de empenho 2016NE800827 e 2016NE800828, de 10/11/2016, em favor de Teltec Solutions Ltda, CNPJ 04.892.991/0001-15;

- processo n. 23163.002317/2016-99, referente ao pregão n. 31/2016, que tem como objeto a aquisição de *containers* para os Câmpus Venâncio Aires, Gravataí e o Câmpus Avançado de Novo Hamburgo, no valor de R\$ 597.720,00, conforme as notas de empenho 2016NE800904, 2016NE800905 e 2016NE800906, de 25/11/2016, em favor de Polibox Sistemas Construtivos Ltda.-Epp, CNPJ 02.807.490/0001-68;

- processo n. 23163.002356/2016-96, referente ao pregão n. 33/2016, que tem como objeto a aquisição de drone quadricóptero para a Coordenadoria de Comunicação Social, no valor de R\$ 4.443,99, conforme a nota de empenho 2016NE800915, em favor de Top Licita Licitações e Comércio de Produtos em Geral, CNPJ 22.883.543/0001-37;

- processo n. 23163.002392/2016-50, referente ao pregão n. 34/2016, que tem como objeto a aquisição de computadores *desktop* para a Reitoria e câmpus, no valor de R\$ 1.249.607,22, conforme as notas de empenho 2016NE800913 e 2016NE800914, de 25/11/2016, em favor de Set Computadores e Serviços Ltda-Me, CNPJ 65.147.399/0001-83 e A2X Tecnologia e Serviços Ltda., CNPJ 17.222.414/0001-68;

- processo n. 23163.002658/2016-64, referente ao pregão n. 40/2016, que tem como objeto a aquisição de furadeira de coluna e serra de fita para o Câmpus Avançado de Novo Hamburgo, no valor de R\$ 31.890,00, conforme a nota de empenho 2016NE801084, em favor de Empremaq Máquinas Operatrizes Ltda. – EPP, CNPJ 77.050.557/0001-61; e

- processo n. 23163.002661/2016-88, referente ao pregão n. 41/2016, que tem como objeto a aquisição de furadeira fresadora para o Câmpus Avançado de Novo Hamburgo, no valor de R\$ 7.646,48, conforme a nota de empenho 2016NE801102, em favor de KD Comércio Atacadista Ltda – EPP, CNPJ 15.567.891/0001-30.

Em relação ao segundo ponto, informou que a Pró-reitoria não possui instrumento de controle que permita identificar todos os processos de adesão a atas de registros de preço que foram realizados pelos câmpus, antes que o processo chegue à Diretoria de Planejamento (DIPLAN). Foi publicada a IN n. 08/2015, que institui regras a serem adotadas nos processos de adesão a atas de registro de preços por órgãos não participantes, também chamados de “caronas”, no âmbito do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul). A partir daí, cada processo deverá ser enviado para análise da DIPLAN, conforme artigos 6º e 7º da referida instrução.

Sobre a autorização, diz que para todos os processos encaminhados à DIPLAN, após analisados, foram emitidos pareceres e devolvidos à área e/ou câmpus. Foi acrescido ao processo físico, conforme a necessidade, parecer e/ou carimbo de conferência. No ano de 2016, os processos dos câmpus analisados por essa Diretoria, que efetivamente aderiram as atas de registros de preços, foram:

Campus/ reitoria	Nº do processo	Nº da Adesão ao RP (nº da Licitação)	Objeto
Camaquã	23339.001966/2016-13	08/2016	Equipamentos de informática
Camaquã	23339.002270/2016-12	11/2016	Aquisição de equipamentos de informática
Pelotas	23206.000109/2016-10	01/2016	Serviço de acesso à internet, com dados no mínimo de 2gb, pelo período de 12 meses.
Pelotas	23206.001052.2016-68	17/2016	Leitora de códigos de barra
Pelotas	23206.001783-2016-11	25/2016	Mateira elétrica

Pelotas	23206.002442.2016-55	32/2016	Pacote Adobe Versão CS6
Pelotas	23206.002446.2016-33	33/2016	Licença Corel Draw X7 ou Superior
Pelotas	23206.002574.2016-87	01/2016	Agenciamento de viagem
Venâncio Aires	23356.002146.2016-31	11/2016	Computadores e <i>tablets</i>

Na sequência do trabalho, em 31/10/2017, a AUDIN solicitou, por meio da SA n. 007-B/2017, os processos informados para que fosse realizada a análise, conforme previsto no programa de auditoria. Para tanto, foi aplicado o *checklist*, conforme o modelo que segue:

<b>Câmpus</b>		
<b>Objeto</b>		
<b>Nº do Processo</b>	<b>Nº da adesão ao RP</b>	<b>Nº da NE / Valor R\$ / Data</b>
<b>Favorecido Razão Social / CNPJ</b>		
<b>Órgão Gerenciador do Registro de Preços</b>		

Descrição	Sim	Não	Não se Aplica
1. Processo administrativo está formalizado, devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93)			
2. Documento de solicitação/requisição do objeto, devidamente assinado por responsável/requisitante contendo as devidas justificativas da sua necessidade (art. 3º, I da Lei nº 10.520/02; arts. 9º, III, § 1º e 30, I, do Decreto 5.450/05; art. 2º, da IS n. 08/2015-PROAP)			
3. Pesquisa de preços, composição do preço médio e a comprovação da vantajosidade para a administração (art. 1º, IN nº 5/14 – SLTI; arts.5 e 11 da IS n.08/15-PROAP)			
4. Solicitação de adesão ao órgão gerenciador da ata de registro de preços (art. 22, §1º do Decreto nº7892; e art. 4º, IX da IS n.08/2015-PROAP)			
5. Autorização de adesão por parte do órgão gerenciador da ata de registro de preços (art. 22, §6º do Decreto nº7892; e art. 4º, IX da IS n.08/2015-PROAP)			
6. Consulta ao fornecedor para manifestação sobre o interesse em fornecer os bens nos valores registrados preços (art. 22, §2º do Decreto nº7892; e art. 4º, X da IS n.08/2015-PROAP)			
7. Concordância do fornecedor e interesse em fornecer os bens nos valores registrados preços (art. 22, §2º do Decreto nº7892; e art. 4º, IX da IS n.08/2015-PROAP)			
8. Cumprimento do prazo de noventa dias após a autorização do órgão gerenciador para efetivar a aquisição dos bens (art. 22, §6º do Decreto nº7892)			
9. O órgão gerenciador da ata de registro de preços aderida é órgão ou entidade da administração federal (art. 22, §8º do Decreto nº7892; art. 13 da IS n. 08/2015-PROAP)			
10. Consulta ao SICAF, CNDT e demais condições de habilitação do fornecedor no momento da adesão ao registro de preços (art. 4º, XI da IS n.08/2015-PROAP)			
11. Processo revisado e aprovado pela DIPLAN (arts. 6º e 7º, da IS N.08/2015 – PROAP)			

Da análise dos itens do *checklist* foram evidenciados os seguintes pontos:

**a) Processo 23163.002658/2016-64**

Não consta do processo a Certidão Nacional de Débitos Trabalhistas (CNDT).

De acordo com o constante no processo, não há observações a serem feitas em relação aos demais itens do *checklist*.

**b) Processo 23163.002661/2016-88**

Não consta do processo a Certidão Nacional de Débitos Trabalhistas (CNDT).

De acordo com o constante no processo, não há observações a serem feitas em relação aos demais itens do *checklist*.

**c) Processo 23206.001052.2016-68; Processo 23163.002317/2016-99; Processo 23163.002356/2016-96 e Processo 23163.002392/2016-50**

De acordo com o constante do processo, não há observações a serem feitas em relação aos itens do *checklist*.

## **2.1 Análise dos controles internos (do processo de adesão)**

Após verificação, observou-se que os seis processos analisados foram encaminhados para análise e parecer da Diretoria de Planejamento da Pró-reitoria de Administração e de Planejamento em atendimento ao disposto no art. 6º da IS n. 08/2015-PROAP. Esta etapa garante a segregação de funções em nível de supervisão pelo órgão central, conforme estabelece o art. 15 do Estatuto do IFSul:

Art. 15. A Reitoria é o órgão executivo do Instituto Federal Sul-rio-grandense, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da Autarquia.

Os processos n. 23206.000109/2016-10, 23206.002574/2016-87, 23206.001052/2016-68 e 23206.001783/2016-11 do Câmpus Pelotas apresentam o carimbo de conferência, aposto na folha que contém o memorando de solicitação de análise e parecer emanado pela Coordenadoria de Compras do Câmpus.

Em relação aos Processos n. 23339.002270/2016-12, 23339.001966/2016-13 do Câmpus Camaquã e ao n. 23356.002146/2016-31 do Câmpus Venâncio Aires, consta parecer no sentido de indicar que complete e/ou ajuste a documentação a fim de adequar os processos aos normativos

que regem a matéria. Desse modo, entende-se que houve revisão do processo por parte da DIPLAN, conforme estabelece o art. 6º da IS n. 08/2015-PROAP.

Contudo, destaca-se a falta de aderência ao normativo emanado pela própria Pró-reitoria de Administração e de Planejamento, no que diz respeito ao cumprimento do art. 7º da IS n. 08/2015-PROAP, uma vez que não consta de nenhum dos processos a autorização expressa da DIPLAN/PROAP em relação ao prosseguimento dos processos após a revisão.

Observou-se, também, que, de modo geral, os processos de adesão a atas de registros de preços produzidos pela Coordenadoria de Compras da Reitoria seguem o contido na IS n. 08/2015-PROAP. Entretanto, em dois processos não foi evidenciada a consulta ao Tribunal Superior do Trabalho em relação à CNDT.

### **3 ACHADOS DE AUDITORIA**

#### **3.1 CONSTATAÇÃO**

Não consta dos processos a autorização expressa da DIPLAN/PROAP em relação ao seu prosseguimento após a revisão.

##### **3.1.1 Critério**

Art. 7º da IS n.08/2015-PROAP

##### **3.1.2 Evidência**

Ausência de autorização da DIPLAN/PROAP nos Processos n. 23206.000109/2016-10, n. 23206.002574/2016-87, n. 23206.001052/2016-68, n. 23206.001783/2016-11, n. 23339.002270/2016-12, n. 23339.001966/2016-13 e n. 23356.002146/2016-31.

##### **3.1.3 Causa**

Falta de autorização em relação ao prosseguimento dos processos após a revisão.

##### **3.1.4 Manifestação do gestor**

A Pró-reitora de Administração e de Planejamento manifestou-se nos seguintes termos:

De acordo com as evidências apresentadas, o artigo 7º da IS 08/2015 não está explícito nos processos. No entanto, a partir da conferência e ajuste conforme os demais critérios previstos na referida IS, os processos estavam aptos à emissão do empenho. Considerando a Instrução de Serviço 08 emitida em 2015, está previsto no Planejamento Anual da PROAP/DIPLAN de 2018 a revisão da mesma, buscando atualização e melhoria de processos administrativos no âmbito do IFSul.

##### **3.1.5 Análise da manifestação**

A manifestação da gestora corrobora o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

### **3.1.6 Recomendação**

Recomenda-se à Pró-reitora de Administração e de Planejamento, que, após proceder a revisão dos processos, providencie a autorização às administrações dos câmpus e da Reitoria formalmente.

## **3.2 CONSTATAÇÃO**

Não consta dos processos a Certidão Nacional de Débitos Trabalhistas.

### **3.2.1 Critério**

Art. 4º, XI da IS n.08/2015-PROAP

### **3.2.2 Evidência**

Ausência de CNDT nos Processos n. 23163.002658/2016-64 e n. 23163.002661/2016-88

### **3.2.3 Causa**

Falha na formalização do processo.

### **3.2.4 Manifestação do gestor**

A Pró-reitora de Administração e de Planejamento manifestou-se nos seguintes termos:

De acordo com as evidências apresentadas, os processos cuja CNDT não estava impressa foram abertos em dezembro de 2016. Em agosto do mesmo ano, entrou em funcionamento a integração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, com a CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas do TST. Logo, a comprovação de débitos trabalhistas estava contemplada na consulta realizada através do SICAF, presente nos processos. Considerando a Instrução de Serviço 08 emitida em 2015, está previsto no Planejamento Anual da PROAP/DIPLAN de 2018 a revisão da mesma, buscando atualização e melhoria de processos administrativos no âmbito do IFSul.

### **3.2.5 Análise da manifestação**

Em que pese a gestora justificar que a consulta ao SICAF contém a Certidão Nacional de Débitos Trabalhistas, a Lei n. 12.440, de 7 de julho de 2011, em seu art. 3º, incluiu no art. 29 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, inciso V, o qual exige a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. Destaca-se que o SICAF é instrumento fornecido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e contém a regularidade trabalhista, mas também traz o endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br/certidao>, para consulta. Ademais, a Orientação Normativa n. 02, de 6 de junho de 2016, da Secretaria de Gestão (SEGES) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, estabelece a utilização de listas de verificação nos processos de aquisição de bens e serviços, constantes dos anexos I e II. O anexo II, item 6, questiona se houve consulta a todas as listas oficiais que fornecem informações referentes às restrições para contratar com a Administração Pública, onde consta nos itens 6.1 –



SICAF; 6.2 – CNDT; entre outros, restando evidenciado a necessidade de consulta à Justiça do Trabalho.

Cabe informar que, no desenvolvimento do trabalho, realizou-se pesquisa sobre o tema e foram encontradas situações em que empresas possuem declaração de regularidade perante o SICAF e de positiva para débitos trabalhistas na CNDT, tendo sido a declaração e a certidão extraídas no mesmo dia e com diferença de minutos. Esses documentos encontram-se junto aos papéis de trabalho. Diante do exposto e com o objetivo de resguardar a administração, mantém-se o ponto.

### **3.2.6 Recomendação**

Recomenda-se à Pró-reitora de Administração e de Planejamento que determine a DIPLAN e oriente ao DEAP dos câmpus que, na fase antecedente ao empenho, proceda-se à consulta ao SICAF e à CNDT e que estes documentos integrem o processo.

## **4 CONCLUSÃO**

Realizada a avaliação dos aspectos formais e legais da adesão a processos licitatórios na modalidade de pregão eletrônico (SRP), conhecido como “carona”, realizados em sua totalidade no ano de 2016 no âmbito do IFSul, e tendo sido abordados os pontos previstos no Programa de Auditoria n. 007/2017 e realizadas as verificações dos processos gerados pela Reitoria e de modo complementar os processos de “carona” gerados pelos câmpus, a presente auditoria permitiu verificar que a Pró-reitoria de Administração e de Planejamento apresentou algumas fragilidades em relação aos controles internos nas aquisições através da modalidade abordada. Positivamente, observou-se a atuação sistêmica da Pró-reitoria, uma vez que evidenciou-se a ocorrência de revisão dos processos, tanto da Reitoria quanto dos câmpus a fim de adequar os processos aos normativos que regem a matéria, conforme estabelece o art. 6º da IS n. 08/2015-PROAP.

Contudo, destaca-se a falta de aderência ao normativo emanado pela própria Pró-reitoria de Administração e de Planejamento, no que diz respeito ao cumprimento do art. 7º da IS n. 08/2015-PROAP, uma vez que não consta de nenhum dos processos a autorização expressa da DIPLAN/PROAP em relação ao prosseguimento dos processos após a revisão.

Observou-se, também, que, de modo geral, os processos de adesão a atas de registros de preços produzidos pela Coordenadoria de Compras da Reitoria seguem o contido na IS n. 08/2015-PROAP. Entretanto, em dois processos não foi evidenciada a consulta ao Tribunal Superior do Trabalho em relação à CNDT.

Diante do exposto, encaminha-se o presente Relatório de Auditoria para que a gestora tome ciência das recomendações, salientando que o não cumprimento dessas recomendações implica na aceitação dos riscos pela gestora e a sua implementação será, no futuro, objeto de avaliação por esta Unidade de Auditoria Interna.

Pelotas, 9 de janeiro de 2018

**HENRIQUE ZIGLIA MAIA,**  
**Administrador**

**De acordo.**

**LAERTE RADTKE KARNOPP,**  
**Auditor Geral**